

20º Seminário de Diamantina

Área Temática 6 – Transformações Geopolíticas

A GEOPOLÍTICA DA COCAÍNA: UM ENSAIO INCIPIENTE

Gabriela da Silva Ferreira¹

RESUMO

Como parte do estudo desenvolvido na dissertação: *Economia Política das Drogas Ilícitas*, este trabalho faz uma análise sobre o mercado global da cocaína. A cocaína é uma droga de origem europeia e, as regulamentações ao seu uso surgem em meados do século XX, estimulado por convenções internacionais. A partir de 1950, a cocaína deixa de ser comercializada pela indústria farmacêutica, ressurgindo para fins recreativos, mas desta vez, na gerencia dos narcotraficantes, principalmente a partir da década de 1980. Assim, este estudo tem como objetivo central explicar a gênese e consolidação da cocaína no contexto internacional, a partir da análise de sua cadeia produtiva, mostrando os conflitos adjacentes a partir da declarada Guerra Contra as Drogas. A impossibilidade da compreensão íntegra do sistema capitalista ao isentar a participação ativa do mercado das drogas ilícitas é a hipótese central desta pesquisa.

Palavras-chave: Mercado Global da Cocaína; Geopolítica; Guerra as Drogas.

CAMPINAS

2024

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestra em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A GEOPOLÍTICA DA COCAÍNA

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, um quilograma de cloridrato de cocaína poderia sair da Bolívia por cerca de 800 dólares; na fronteira com o Brasil, chega ao preço aproximado de dois mil dólares. Em São Paulo ou no Rio de Janeiro, vindo pelas facções brasileiras, custa entre dez e doze mil dólares. Quando reexportado, pode chegar à Europa Central por 50 mil dólares ou por quase 100 mil dólares no Líbano ou, um pouco mais, em países como a Áustria (preço de atacado). Não existe mercadoria no planeta mais lucrativa que a cocaína. Neste estudo, serão abordadas as relações econômicas e políticas entre os países produtores de coca e o principal mercado consumidor que, fortemente influenciou no que popularmente conhecemos como política proibicionista.

O mercado ilegal de drogas possui particularidades, entre elas, a não regulamentação por parte do Estado, o que significa que não há leis de obediência em relação a qualquer espécie de normas trabalhistas ou controle de qualidade. A venda, e o uso e a posse de cocaína é ilícito, o que faz com que este mercado tenha caráter excêntrico, de análise não facilmente comparável às indústrias formais. Reconhecer o fenômeno; capturar dados; realizar estimativas quanto ao consumo, demanda, produção e prevalência do uso de drogas em diferentes territórios do globo terrestre são os passos iniciais para avaliar a dinâmica dos fluxos de matéria-prima e capital, além dos efeitos sociais e econômicos deste mercado.

Os dados adotados nesta pesquisa foram captados e estimados pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), conhecido no Brasil como Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes. O UNODC é um departamento da Organização das Nações Unidas, vinculado às três grandes áreas: Saúde, justiça e segurança. Cabe a este departamento, a realização de análises e estimativas relacionadas à corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, terrorismo e desenvolvimento econômico alternativo. (UNODC, 2019). As estimativas auxiliam na busca de indícios de corrupção e, na busca de políticas adequadas para o combate ao crime. A ONU foi criada em 1945, com o intuito inicial de organizar novamente o sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial assim, o UNODC surge posteriormente como resultado de uma série de encontros diplomáticos que foram impulsionados com a Conferência de Haia (1919) com intuito de universalizar o regime de controle de drogas. Tal objetivo foi ancorado com a assinatura da Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU em 1961. Este documento estabeleceu uma lista de psicoativos, categorizando-os a partir de seu uso médico. Desse modo, as drogas que não portam utilidade médica são instigadas ao banimento, tanto de traficantes quanto de usuários.

O regime proibicionista de controle de drogas foi completado por outros dois tratados: a Convenção Sobre Drogas Psicotrópicas (1971) que incorporou o LSD como uma substância a ser banida totalmente e, a Convenção de Viena, assinada em 1988 (MCALLISTER apud RODRIGUES, 2012 p. 7). A partir de então, as atualizações elaboradas pelas delegações dos Estados-Membros da ONU são coordenados pelo UNODC que, tem como papel principal, o incentivo à prática de diretrizes tratadas em convenções entre os países-membros. Na análise elaborada pelo UNODC são mencionados como países produtores de cocaína: Colômbia, Peru e Bolívia. Segundo os dados disponibilizados pela ONU, a Colômbia é, historicamente, o maior país produtor no planeta. Na condição de maior mercado consumidor, os Estados Unidos ocupam esta posição, seguido da Europa.

Certos aspectos macroeconômicos se apresentam explicitamente entre os países analisados, como a relação entre atividades produtivas, nível de renda e posição que estes países ocupam na cadeia produtiva. Assim como determinados elementos microeconômicos: Inovação, comportamento dos vendedores e compradores, estrutura de mercado e formação de preços.

A proposta neste estudo é explicar as origens da cocaína, mostrar os fatores socioeconômicos que induzem a atividade dos principais atores que trabalham nas diferentes etapas da cadeia produtiva da cocaína para, posteriormente, legitimar a relação entre narcotráfico, teoria econômica e realidade humana.

1. DE ERVA MILENAR À DROGA MAIS LUCRATIVA DO MERCADO: A HISTÓRIA DA COCAÍNA NO MERCADO INTERNACIONAL

Na ponta incipiente do elo da cadeia produtiva desta droga, encontra-se a *Erythroxylum coca*, popularmente conhecida como coca, insumo primário da cocaína. Originária da América do Sul, a coca cresce em forma de arbusto na região situada ao leste dos Andes e acima da Bacia Amazônica. É da classe *Magnoliopsida*, de ordem *Malpighiales* e da família *Erythroxylaceae*. Possui flores amarelas, aromáticas, frutos avermelhados e folhas alongadas que portam 14 alcaloides (compostos de nitrogênio derivados de plantas), entre eles: Ácido ascórbico, tiamina, riboflavina, cafeína, nicotina, morfina e cocaína.

Figura 1 – A Coca em Arbusto



Fonte: Q Costa Rica News.

O arbusto é cultivado em clima tropical, em altitudes que variam entre 450m e 800m acima do nível do mar (FERREIRA e MARTINI, 2001, p. 2). Segundo estes autores, muitas lendas estão relacionadas à coca, que tem seu nome derivado a palavra *Khoka* (árvore) de origem *aimará* – Língua falada por antigos povos indígenas, que habitavam o território tido atualmente como Peru, Bolívia, Argentina e Chile. Nos dois primeiros, *aimará* é considerado idioma oficial junto com a *quíchua*. Na cultura indígena, o uso cotidiano da coca se insere na formação cultural e social da destes países, de modo que:

Para os incas, a planta (coca) era sagrada, um presente do Deus Sol (Inti), relacionada à lenda de Manco Capac, o filho do sol, que desceu do céu sobre as águas do lago Titicaca para ensinar aos homens as artes, a agricultura e para presentear-lhes com a coca. Até a chegada dos espanhóis à América, seu uso era privilégio da nobreza Inca (FERREIRA e MARTINI, 2001, p. 1).

Estima-se que a coca seja consumida para fins medicinais há aproximadamente 3.000 a.C. pelos Incas que habitavam a região dos Andes. A folha mastigada proporciona efeitos estimulantes, amenizando a fome, cansaço além de aliviar os efeitos do ar rarefeito da baixa pressão atmosférica das altas montanhas. No Peru, a coca também era utilizada para cerimônias religiosas.

Cerca de 50% da população peruana é indígena, de ascendência preponderantemente quéchua e aymara. Os habitantes das montanhas, indígenas e camponeses, distinguem-se pela conservação de tradições

ancestrais, por comunicarem-se em quéchua e por sua cosmovisão. Amam profundamente a terra, definem-se como parte dela e por isso dão-lhe continuamente oferendas para honrar sua origem, bem como às forças da natureza e aos deuses. Ao lado de Inti, o Sol, Pachamama, a Mãe Terra, compõem suas principais deidades. Inti fecunda, Pachamama germina. Pachamama é o próprio tempo que se move, e o espaço onipresente. É a terra, o chão, possuidor da vida. Para falar com Pachamama, ou honrar suas entidades, o índio não necessita de recursos especiais: elas estão ao seu lado, como estão as árvores, pedras, rios, animais e tudo o mais, integrados e expostos. Quando vão iniciar o plantio, indígenas e camponeses oferecem folhas de coca a Pachamama e, antes de beber qualquer coisa, derramam um pouco à terra, agradecendo a possibilidade de mitigar sua sede. (MÓDOLO, 2006, p. 145;146)

Muitos hábitos indígenas da região resistiram ao tempo: Tanto na Bacia Amazônica quanto algumas regiões da fronteira com a Venezuela e Colômbia, indígenas costumam mascar as folhas torradas de coca misturadas a elementos alcalinos e transformadas em pó, a mistura é chamada de *epadu* ou *ipadu*. A substância é consumida principalmente por idosos, por possuir valores nutritivos e ser eficiente na busca por bem-estar e euforia. Assim como explica Richard Bucher, “esse uso está intimamente integrado à cosmovisão dessas tribos. A palavra que designa a coca, *ahpi*, também denomina leite, leite materno, via láctea, e o próprio nome da nação indígena habitada pelos índios Tucanos”. (BUCHER, 1994, p. 323).

A invasão espanhola no Peru ocorreu em 1532. Acredita-se que os indígenas deixaram de consumir a coca exclusivamente para rituais e passam a ser incentivados a ingerir com o objetivo de melhorar a respiração e desenvoltura durante o trabalho escravo nas minas de prata. Durante a colonização das Américas, o catolicismo foi instituído como religião oficial. A partir da imposição da moral cristã, catequização dos índios, além da tentativa de destruição de pertences e rituais indígenas sagrados, a coca foi considerada uma planta demoníaca pelos espanhóis, o que culminou em sua proibição em 1551 – decisão que caiu anos depois, em 1569, quando o Rei espanhol Felipe II declara a coca como algo essencial à saúde e eficiência dos índios perante pouca alimentação e extenso trabalho nas minas. Anos mais tarde, a planta é levada à Espanha para fins medicinais, porém, o uso não fora amplamente difundido entre a população.

Ao longo do século XIX os efeitos da coca começam ser disseminados pelo mundo, principalmente no continente norte americano e europeu. Em 1855, o extrato da folha da coca (*Erythroxylene*) é descoberto pelo alemão Friedrich Gaedecke. Três anos mais tarde, o também alemão Albert Neumann consegue isolar os alcalóides da coca, entre eles, o extrato da cocaína. Em 1898 foi descoberta a composição exata da cocaína e, em 1902, a cocaína sintética é produzida em laboratório pela primeira vez pelo químico alemão Richard Martin Willstätter.

A cocaína se torna num poderoso fármaco do século XIX. Nos EUA, era prescrita para problemas relacionados à dor e também para complexas enfermidades sendo uma possível substituta à morfina. Em 1884, Sigmund Freud publica um artigo chamado *Über Coca* (Sobre a Coca) e, como usuário por mais de uma década, o pai da psicanálise utilizava doses de 50mg ao dia e, para casos de depressão, recomendava aos seus pacientes cerca de 200mg ao dia. “A droga era indicada como anestésico local, afrodisíaco, asma, irregularidades digestivas, sífilis, além de perturbações inerentes de altas altitudes” (FERREIRA e MARTINI, 2001, p.3). Indiretamente, Freud contribuiu para a divulgação desta droga que, anos mais tarde, foi uma importante ferramenta de estudo de Karl Koller, que percebeu o quanto o olho se torna resistente à dor após o uso da mesma, abrindo as portas para o que hoje conhecemos como anestesia local. Posteriormente, este estudo foi aprofundado por William S. Halsted – estudioso na área de cirurgia moderna e um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins, situada em Baltimore, estado de Maryland, nos Estados Unidos.

Em 1863, a partir de uma mistura entre folhas de coca e vinho, o químico Ângelo Mariani cria uma bebida chamada *Vin Mariani*, a base de 300 mg de cocaína por litro (quantidade não considerada nociva ao ser humano). O Vin Mariani rendeu uma medalha de ouro concedida pelo Papa Leo XVIII. Pouco mais de 20 anos depois, John Stith Penberon, cria

uma fusão entre cocaína e noz de cola (utilizado até então como tônico para o cérebro) gerando uma bebida não alcoólica e fim de atrair a sociedade moralista norte-americana da época. Mais tarde a cocaína foi substituída por cafeína na composição e hoje este *drink* é reconhecido mundialmente como Coca-Cola.

No século XIX as folhas da coca eram exportadas da região andina para outros países como matéria-prima na produção de diversos produtos, podendo ser comercializada em farmácias ou mercearias. O médico e escritor Conan Doyle também foi uma das personalidades usuárias da cocaína, inclusive envolvendo seu personagem Sherlock Holmes como também apreciador da droga. As regulamentações ao uso da cocaína surgiram em meados do século XX. “A somatória entre medos sociais, moralismo, xenofobia e racismo – fortalecida pelas alegações no campo da saúde pública – catalisou clamores pela criminalização da produção e consumo de drogas.” (RODRIGUES, 2012, p. 11). Em 1912, ocorreu na cidade de Haia, nos Países Baixos, a primeira Convenção Internacional do Ópio, considerado o primeiro tratado internacional de controle de drogas. Nos EUA, em 1914 é assinada a *Harrison Act* com a finalidade de tributar, regulamentar a produção e distribuição de derivados do ópio e da coca. Em 1919, foi aprovada como 18ª emenda da constituição estadunidense a Lei Seca que proibia a produção, circulação, comercialização e consumo de qualquer bebida alcoólica. Segundo Thiago Rodrigues (2012), esta lei foi revogada em 1933, mas este curto período foi responsável por duas grandes consequências: A ascensão de vários grupos dedicados à atividade ilegal e o modelo proibicionista que se estendeu a outras substâncias como maconha e cocaína.

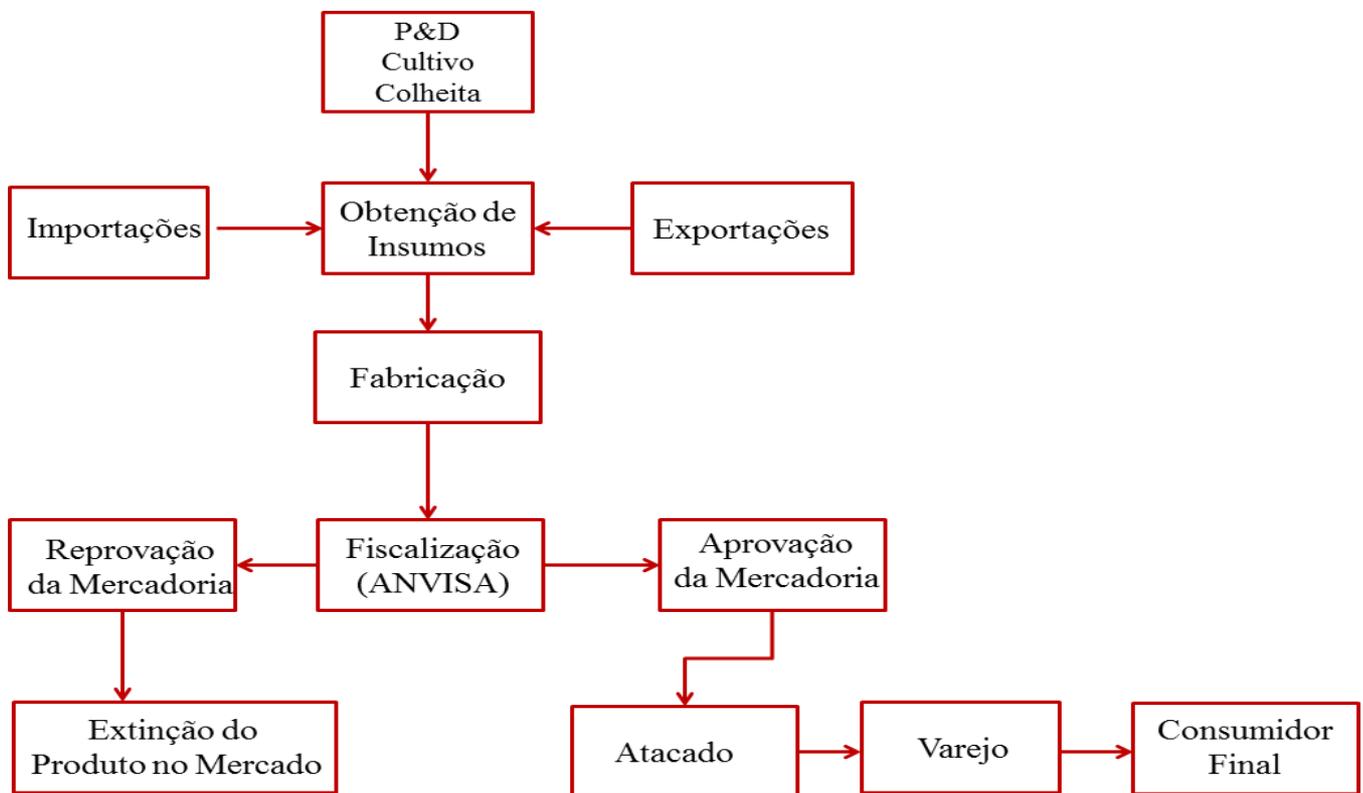
O uso terapêutico da cocaína chegou a ser aplicado em três áreas: Como anestésico local oftalmológico; como anestésico em pacientes com câncer terminal (por acreditar-se que a droga seria capaz de diminuir a consciência dos pacientes), além de mostrar-se eficaz no tratamento de dores de cabeça.

O poder anestésico da cocaína está relacionado ao núcleo ecgonina e um ácido tropanol-carboxílico; do átomo de nitrogênio, que quando na forma de cátion e combinado a receptores de membrana, bloqueia a condução de íons sódio e potássio, impedindo a geração e a propagação do impulso nervoso; e ao bloqueio de receptores de dopamina que é responsável pelo aumento desta na fenda sináptica, responsável pela estimulação do Sistema Nervoso Central e Sistema Cardiovascular. (SILVA et al, 2014, p. 2).

Sobre o uso abusivo, a mesma tem alto potencial de dependência, gera uma série de efeitos psiquiátricos, como: Paranoia, alucinação, delírios, agitação, violência, pensamentos suicidas e homicidas (SILVA *et al*, 2014). Assim, a partir da década de 1950, a cocaína ressurgiu ao mercado com propósito fortemente recreativo, alcançando dimensões transnacionais nos anos seguintes.

2. A CADEIA PRODUTIVA DA COCAÍNA

Em geral, uma cadeia produtiva abrange todas as etapas de transformação dos insumos até chegar ao produto final. No caso do mercado das drogas legais, a cadeia produtiva passa por pelo menos seis etapas: Cultivo, aquisição de insumos, bem como o processo de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Por conseguinte, ocorre a fabricação do produto, distribuição e comercialização. A mercadoria passa pelo processo de fiscalização assim que é produzida. No Brasil, o órgão responsável por fiscalizar a indústria farmacêutica e de cigarros é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Após a etapa de fiscalização, a mercadoria pode ser aprovada para circulação ou impedida. Caso a mercadoria seja aprovada, poderá ser distribuída normalmente no mercado até chegar ao consumidor final. Caso contrário, a mesma deverá ser imediatamente excluída do mercado a fim de assegurar segurança para a população.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SOUZA, 2015.

Diferente do mercado lícito, no mercado das drogas ilegais não existe qualquer espécie de fiscalização de pureza das substâncias envolvidas, o que significa que há uma gama de pessoas comprometidas no trabalho ilícito, direta e indiretamente, que não estão sujeitas a leis trabalhistas e segurança física. O narcotráfico não acontece de forma isolada, pelo contrário: Envolve uma série de atividades distintas, entre tráfico de armas, tráfico de pessoas, corrupção e lavagem de dinheiro.

A cadeia produtiva da cocaína se introduz com o cultivo de coca por trabalhadores rurais. Após a colheita, é iniciado o processo de secagem das folhas para ser extraído o alcaloide da coca – as folhas ficam submersas em ácido sulfúrico ou solvente orgânico, podendo este solvente ser gasolina, querosene ou óleo diesel – esta etapa é chamada de extração. Após um determinado período de tempo, as folhas começam a ser filtradas da solução e o restante é tratado quimicamente para ser transformado em pasta base. Esta etapa é realizada em laboratórios envolvendo uma mistura entre as folhas trituradas de coca, cal e cimento. Em seguida, a pasta é regada por outra solução até ficar com aspecto semelhante à lama. Esta combinação é deixada de repouso e em seguida passa por uma série de filtragens até atingir seu estado sólido.

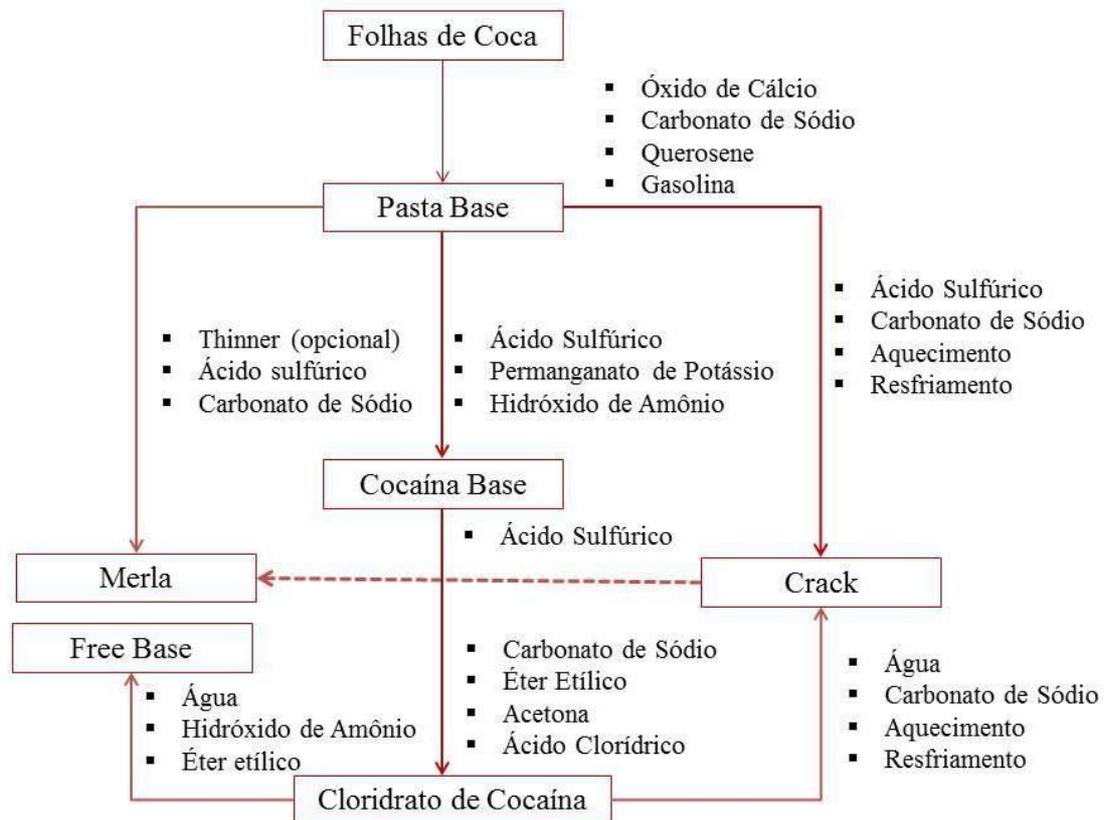
A pasta base é fundamental na logística por mitigar o volume da matéria-prima, facilitando o transporte das áreas produtivas para os polos comerciais. A mesma é transformada em Cloridrato de Cocaína (cocaína em pó), produzida a partir da mistura entre pasta básica e outros componentes químicos. Existem diversas apresentações da cocaína que passam por outros processos químicos que incluem componentes altamente nocivos ao ser humano como: Ácido sulfúrico, acetona, bicarbonato de sódio e querosene. Por se tratar de uma mercadoria ilícita, não passa por qualquer espécie de fiscalização, culminando na adulteração, realizada em todas etapas do processo produtivo, a fim de ampliar o rendimento e garantir um lucro ainda maior. Uma das principais formas de adulteração é através da introdução de aditivos.

Esses aditivos podem ser de duas espécies: adulterantes ou diluentes. Os adulterantes consistem em substâncias não só com o aspecto, mas com alguma atividade farmacológica similar à da droga, tais como lidocaína, benzocaína, cafeína e

anfêtas. Já os diluentes são substâncias sem quaisquer atividades farmacológicas. Trata-se de compostos com características visuais próximas às da cocaína, tais como sulfato de magnésio, bicarbonato de sódio, amido e açúcares, entre outros, utilizados com a finalidade exclusiva de aumentar-lhe o volume. (OLIVEIRA e WAGNER, 2013, p. 8).

Por meio da consulta de aditivos introduzidos na cocaína é possível investigar as empresas fornecedoras de fármacos e outras substâncias utilizadas na adulteração que normalmente transitam no mercado legal. A partir deste diagnóstico é possível explorar a região onde a droga fora elaborada.

Figura 5 – Fluxograma dos Processos de Interconversão da Cocaína

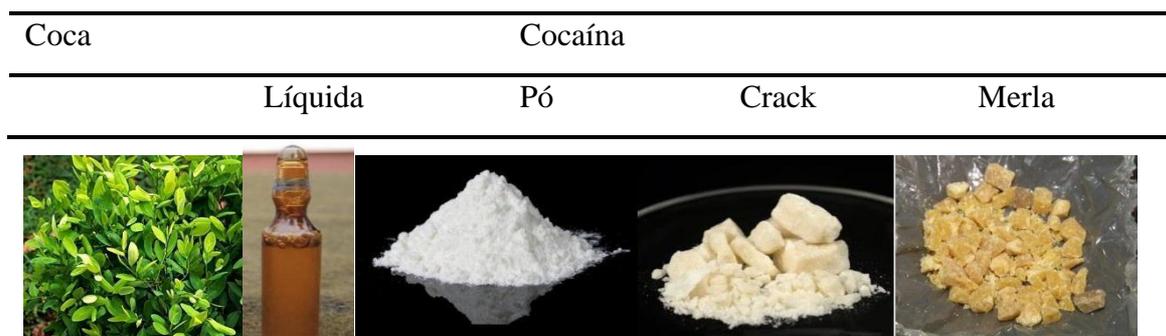


Fonte: VARGAS, 2001.

O crack – cocaína em formato semelhante a pedras – é fumado pelos usuários normalmente com cachimbos. Possui efeitos mais agressivos, capaz de ser sete vezes mais potente que a cocaína em pó, proporcionando sentimentos de euforia que duram até 15 minutos causando, em sequência, intensa depressão e dependência. Pode ser facilmente mais usado em regiões periféricas, principalmente por possuir baixo custo e efeitos mais expressivos. Nas palavras de Oliveira e Wagner (2013): “É importante ressaltar que diferentes formas de apresentação não significam drogas diferentes. Assim, ao contrário do que é veiculado com frequência em alguns meios de comunicação, crack não é subproduto da cocaína.” (OLIVEIRA e WAGNER, 2013, p. 7).

Em síntese, a cocaína pode ser utilizada pelos usuários em diversas formas: Quando se encontra na forma líquida, é diluída em água para ser injetada ao organismo. Quando se apresenta em pó, normalmente é inalada (nesta forma, o organismo absorve cerca de 80% da droga, a perda ocorre devido aos vasos sanguíneos que podem limitar sua absorção). E, em formato sólido, sua pureza é mitigada ainda mais à medida que são introduzidas uma gama de outras substâncias até chegar ao consumidor final.

Figura 6 – A folha da coca, cocaína líquida, cocaína em pó, crack e merla



Fonte: Google Imagens

2.1 O Mercado Produtivo

Existe uma linha tênue que separa o cultivo ilícito da produção legalizada de coca. Considerando que nos principais países produtores subsiste a preocupação com o consumo tradicional, devido seu antigo valor cultural. Ao discutir sobre o mercado produtivo, é importante descrever brevemente sobre a formação histórica e econômica das nações envolvidas, para que seja possível compreender o fenômeno e observar como os países se estruturam frente à ascensão do mercado ilícito e se posicionaram perante os conflitos políticos proveniente das externalidades da grande indústria ilícita nos últimos 50 anos.

De acordo com o relatório mundial sobre drogas de 2019, somente na Colômbia, teve um aumento de 17% na área de cultivo da coca o que culminou num crescimento de 31% na produção de cocaína em potencial. Em 2017, a produção de cocaína alcança seu auge em pelo menos 15 anos: 1.976 toneladas produzidas, o que representa um aumento de 25% em relação a 2016. O mercado de drogas e medicamentos também tem crescido e se diversificado como nunca antes. Colômbia continua sendo majoritariamente o maior país produtor de coca seguido de Peru e Bolívia.

2.1.1 Colômbia

Localizada no noroeste da América do Sul, a Colômbia foi habitada inicialmente por povos indígenas de origem *chibchas*, *quimbaya* e *tairona*. No ano de 2017, o país possuía cerca de 49.090 milhões de habitantes o que representa a segunda maior população da América do Sul.

A história da Colômbia é marcada por violentos conflitos políticos, desde o século XIX. Somente em 1958, na tentativa de cessar conflitos interpartidários, foi criada a Frente Nacional – Um sistema político de coalizão bipartidário que substituiu um regime militar que duraram três anos. De acordo com este sistema, durante os 16 anos seguintes, haveria a

alternância de poderes entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. A visão inicial era aparentemente interessante e buscava a restituição da democracia, no entanto, o desfecho da história foi diferente: Havia eleições a cada quatro anos, mas não havia espaço para outros partidos, tampouco para movimentos sociais e oposição. A paz estava mascarada, enquanto muitos camponeses foram alvo de violência do Estado que buscava aniquilar qualquer rastro que aparentasse uma ameaça. A partir deste momento, grupos guerrilheiros que não se encaixavam como membros do partido liberal nem do partido conservador se organizaram para reagir contra o governo. Muitos destes grupos tiveram forte participação de camponeses, que se sentiam ameaçados pela violência do Estado e, dependiam da agricultura para sobrevivência. Assim, na pele de um programa revolucionário, nasce as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo) e a ELN (Exército da Libertação Nacional) além de outros menores grupos.

Em 1968, é assinado o decreto 3398 e a Lei 48, permitindo que exércitos e organizações de autodefesa pudessem ser organizados e formados pela população colombiana. O resultado desta medida fora a formação de diversos grupos, muitos de cunho anticomunista, apoiados pelas Forças Armadas da Colômbia, e financiados por narcotraficantes. À vista disso, o Estado colombiano perde monopólio de forças armadas e coesão física. O fenômeno da violência prossegue ascendentemente, assim como a corrupção e a desigualdade social.

Cabem duas observações a respeito deste período. Diferentemente de grande parte dos Estados latino-americanos, a Colômbia não passou por um regime ou Estado populista. Com isto, na sociedade colombiana não havia uma série de regulamentações ou avanços trabalhistas que já eram realidade na América Latina, tais como direitos sociais, leis trabalhistas, desenvolvimento contundente de indústria nacional ou políticas econômicas protecionistas com o objetivo do desenvolvimento de produção e mercado internos. Ademais, apesar de os sindicatos colombianos existirem, estes eram de reduzido número, pequenos e com pouca capacidade de negociação, diálogo e penetração social. De acordo com Pécaut (2014), o rechaço ao populismo é fundacional na Colômbia, pois isto foi fundamental para a manutenção de uma tardia oligarquia, que esteve no poder até a segunda metade do século XX: a ausência do reconhecimento do povo como sujeito político unificado e a ausência de um nacionalismo contundente propiciaram que as velhas elites permanecessem no poder até fins da década de 1970, sob um mesmo modelo de produção e as mesmas práticas de clientelismo e caudilhismo características do século XIX (PÉCAUT, 2014). Frente a isto, a Colômbia adentra nas décadas de 1970 com uma estrutura estatal consideravelmente diferente do resto da América Latina: a manutenção dos grandes latifúndios, conjugado com permanência da estrutura oligárquica de poder, ganha traços dramáticos com o aumento das práticas de terror político. (CLOSS, 2017, p. 4).

A economia da droga circula nas articulações do conflito armado. No fim dos anos 70, o país era território de produção de maconha, papoula e coca – que se expandiu posteriormente para o Peru e Bolívia. A produção de maconha era predominante até que o mercado da cocaína mostrou-se como o mais vantajoso. No início dos anos 80, o país fora responsável por pelo menos 60% da produção mundial de cocaína. “O mais dolorosamente especial é que o narcotráfico veio potencializar outros fenômenos presentes na vida colombiana: a violência das guerrilhas e dos paramilitares, o clientelismo, a corrupção, a cultura do jeito e a desinstitucionalização do país.” (VALENCIA, 2005, p. 6).

Os altos índices de violência na Colômbia poderiam ser provenientes basicamente por três fontes: Delinquentes comuns, narcotraficantes e por motivação política relacionada a guerrilhas e grupos paramilitares. Essas –fontes de violência‖ estavam contidas em diferentes esferas de dinâmicas, mas nos anos 90 começariam a se articular de forma que os camponeses produtores de coca eram controlados por grupos guerrilheiros que lhe cobravam impostos e processam a folha da coca que posteriormente passam para o domínio de narcotraficantes que criaram grupos paramilitares para proteger seu negócio à margem da legalidade.

O fim dos anos 80 estremeceu o país com uma onda de terrorismo, a Colômbia se tornara um caso excêntrico no mundo, havia uma linha tênue que separava o Estado do tráfico de drogas. Um dos fatores que mostram essa relação é o episódio ocorrido no ano de 1994, quando foi à tona

um escândalo envolvendo o então presidente recém-eleito Ernesto Samper Pizano, que teria recebido dinheiro oriundo do narcotráfico para sua campanha presidencial. Ernesto foi em seguida absolvido e, a partir deste caso, percebeu-se que o narcotráfico estava intimamente relacionado ao corpo político da nação. Frente ao violento cenário colombiano, a oferta de cocaína se ampliava assim como suas exportações, chamando ainda mais atenção do governo estadunidense, principal mercado consumidor do mundo que, em consequência disto, intensificou sua estratégia de guerra contra as drogas.

Eliminar o mercado da cocaína e da maconha torna-se algo delicado à medida que, na ponta do elo da cadeia produtiva encontram-se pequenos agricultores e camponeses que economicamente dependem do cultivo ilícito, mesmo que a riqueza destinada a camponeses seja bastante inferior, ainda é muito mais alta que qualquer mercado legal. Motivo pelo qual grandes narcotraficantes da Colômbia já estiveram no topo do ranking das pessoas mais ricas do mundo, como Pablo Escobar e Gilberto Rodríguez Orejuela.

Importantes apreensões a narcotraficantes tiveram influência direta dos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX. O país reagiu após perceber que a cocaína estava intensamente presente em seu território, assim como os demais problemas atrelados a esta droga. Estima-se que no final dos anos 80, treze milhões de estadunidenses já eram viciados em cocaína. O auxílio militar se deu pela perspectiva de que era necessário agir diretamente no setor produtivo a fim de mitigar a oferta da droga, ao enxergar as drogas como uma ameaça à segurança nacional. Em contrapartida, o problema não se isola neste âmbito. Na região andina, ainda existiam uma considerável quantidade de camponeses que dependiam da renda proveniente do trabalho no campo. O combate à guerrilha e ao crime organizado passa a ser combatido por parte do governo federal somente a partir do primeiro mandato de Álvaro Uribe, em 2002, através da –Política de Segurança Democrática além da abertura do *Plano Colômbia*, também com amparo direto dos EUA.

Segundo o Relatório Mundial Sobre Drogas (2019), existem 24 departamentos de exploração da coca na Colômbia: Putumayo, Nariño, Norte de Santander, Cauca, Caquetá, Antioquia, Guaviare, Meta, Bolívar, Córdoba, Chocó, Valle Del Cauca, Vichada, Amazonas, Vaupés, Santander, Magdalen, Cesar, Guainía, Boiacá, Arauca, Caldas, La Guajira e Cundinamarca. Sendo eles: Putumayo, Santander e Norte de Santander, responsáveis pela produção de 63% da coca colombiana. Enquanto os departamentos Santander, Magdalena, César, Guainía, Boyacá y Arauca tiveram a produção de coca erradicada desde 2014. Estes relatórios oficiais mostram também que as áreas mais produtivas do país são as mesmas dos últimos 10 anos e, houve um aumento na quantidade de áreas atingidas pelo mercado ilegal. Isto se deve principalmente a reativação de antigos territórios que já tiveram sua produção erradicada no passado e voltaram a produzir com ainda mais força. Sobre estes territórios, acredita-se que sejam zonas de fronteira, saída de droga ou que integram diferentes fases da cadeia produtiva. As zonas de produção que se fortaleceram estão majoritariamente localizadas no ocidente da Cordilheira dos Andes, enquanto o crescimento da produção ilegal foi menos expressivo nas regiões de La Orinoquia y Amazonía (leste da Bolívia). O que pode ser explicado pelos intensos conflitos do país: O leste da Colômbia está associado à presença das FARC e, o ocidente colombiano é marcado pela presença de grupos de extrema direita, em particular o eixo Bajo Cauca, Sur de Bolívar e Catatumbo (UNODC, 2017). Importante salientar que, 30% da produção de coca colombiana estão localizadas a menos de 20 km das regiões de fronteira.

As estimativas são realizadas considerando que toda coca colombiana produzida é destinada à produção da cocaína. Um fator importante na compreensão da posição dos países no nível de produção são os estudos referentes ao rendimento das folhas da coca. O governo da Colômbia em conjunto com o UNODC desenvolve um estudo para desvendar os –fatores-chave da produtividade e principais características das unidades de produção agropecuária com coca realizados na *Unidad de Producción Agropecuaria (UPA)*, que se trata de uma unidade econômica responsável pelo desenvolvimento de atividades agrícolas em todo país. Este trabalho iniciou em 2005 e neste momento, iremos considerar o último relatório, elaborado em 2015.

Há pesquisas que indicam que os lotes encontrados na região de Putamayo, Nariño e Norte de Santander – na Colômbia, apresentam maior densidade foliar, isto significa que estas

folhas possuem maior biomassa e conseqüentemente maior concentração do alcaloide necessário na produção da cocaína, culminando num aumento da produtividade e rendimento na produção colombiana. O segundo fator determinante no aumento da produção – que passou de 454.050 toneladas de coca em 2015 para 606.130 toneladas em 2016 – e, está em expansão da área produtiva em 31,6% (Colômbia - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017). A partir destes dados, estima-se que a produção de pasta base de cocaína passou 797 toneladas em 2015 para 1.069 em 2016 que podem ser transformadas em Cloridrato de Cocaína no próprio país ou ser exportada como matéria-prima. O UNODC informa que um laboratório considerado de alto porte é capaz de produzir cerca de 400 kg de Cloridrato de Cocaína ao dia, com aproximadamente 40 trabalhadores.

Vale salientar que a folha da coca é considerada um bem perecível, podendo deteriorar-se em aproximadamente dois dias. Em consequência disso, a rapidez na logística torna-se primordial, motivo pelo o qual, as negociações são realizadas com antecedência com intuito de garantir a validade da matéria-prima. A Colômbia também é um dos maiores países especializados em refinação da pasta base de cocaína. Enquanto o cultivo e a colheita são etapas realizadas por mão-de-obra camponesa, o refino é realizado majoritariamente em laboratórios pelos carteis. Estima-se que apenas 1% destes camponeses trabalham no processo de transformação em pasta base de cocaína, podendo ser transformada em Cloridrato de Cocaína em laboratórios situados em outros países.

Em relação aos preços, nos últimos seis anos neste país, as folhas da coca registraram uma queda acentuada, a pasta base continua com preços estáveis e, o cloridrato de cocaína tem preços ascendentes. Uma possível explicação ao fenômeno é a existência de uma relação direta entre: Incremento da produtividade, aumento das áreas de produção, minimização de riscos e possibilidade de negociação com o Estado através de políticas de substituição e garantia de lucros.

2.1.2 Peru

Peru, o terceiro maior Estado da América do Sul, conta com uma população de 31,99 milhões, já foi considerado o maior produtor de coca do planeta. “Ao final do ano de 1986, a narcoeconomia se expandiu como resultado da crise econômica que o país passara, com a desvalorização dos preços das principais commodities exportadas, a saber, o petróleo e o café.” (SANTOS, 2011, p. 122). O processo de redemocratização no Peru pode ser considerado como historicamente recente. Somente após a Assembleia Constituinte de 1979, chega ao fim o governo revolucionário das forças armadas, tornando Fernando Belaúnde Terry o primeiro presidente civil desta nova era, no ano de 1980, seguido de Alan García, que presidiu o estado entre os anos 1985 a 1990. O cenário econômico neste período é devastador: Desemprego, vulnerabilidade externa além do crescimento de diversos movimentos guerrilheiros rurais, entre eles *Sendero Luminoso* (SL) e *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA).

Somente a partir do início dos anos 2000, o Peru vivencia um notável quadro de expansão econômica, ao presenciar um aumento de 8,3% no emprego formal e superávit fiscal de 2,1%. Esta desenvoltura na economia peruana foi impulsionada principalmente pela economia mineira. Atividade que o país herdara do século XVI, da invasão espanhola que, Enrique Carlos Natalino caracteriza como “dominação baseada em administração patrimonialista, concentração de terra, exploração de mão de obra indígena e exportação de matérias primas” (NATALINO, 2009, p. 18). Mesmo após a independência o país não mudou drasticamente suas estruturas econômicas, concentrando-se não somente na mineração, como também na agricultura de subsistência.

No ano de 2001, foi eleito como presidente Alejandro Toledo. A fim de investigar o que ocorreu nos tempos de guerra interna no Peru (1980-2000), o governo realiza a *Comisión de La Verdad y Reconciliación* (CVR). O relatório final, concluído em 2003 mostrou os seguintes dados: Aproximadamente 69.280 mil mortos e desaparecidos, grande maioria oriundos de áreas pobres e rurais, 54% desses crimes foram relacionados ao *Sendero Luminoso*, 54% indicam responsabilidade das Forças Armadas e, 75% das vítimas pertenciam a comunidades indígenas

quéchuas e *ashánincas*. O relatório indicou poder irrestrito e sem controle das Forças Armadas e, aos governos de Fernando Belaunde Terry, Allan García e Alberto Fujimori, coube responsabilidade moral e política por esta série de conflitos internos.

Líder latino-americano na produção de prata, ouro, chumbo e zinco, o Peru tem um setor de mineração que foi responsável por 59% das exportações do país em 2008. Esta desenvoltura foi resultado de uma estratégia que une fatores internos e externos. Os fatores internos são resultado primordialmente de ajuste macroeconômico, de cunho neoliberal que vinha sendo introduzido desde o governo de Alberto Fujimori (1990-2000). Os investimentos privados foram atraídos pela redução de tributos a investidores e várias privatizações. No âmbito internacional, a prosperidade da economia chinesa e indiana impulsionaram as exportações de minerais peruanos, além do desenvolvimento tecnológico na área geológica.

Esta fase positiva ilustrada nos índices econômicos iniciou no governo de Alejandro Toledo, em 2000. Entretanto, uma análise minuciosa dos dados indica uma disparidade deste desenvolvimento que, de perto concentrou seu progresso nas regiões urbanas do país.

Como uma via de mão dupla, de um lado as empresas almejam um ambiente estável para realizar seus investimentos. E, de outro lado, há as comunidades locais que são atingidas pela preocupação com o impacto ambiental na região, que traz más consequências à economia local, apoiada na agricultura e pecuária. As medidas adotadas pelo então governo são embasadas no modelo econômico de livre-mercado e incentivo a exportações, em prol da garantia da estabilidade fiscal para atrair investimentos externos, em detrimento de medidas ambientais e socioeconômicas na região, abrindo espaço ao surgimento de diversos conflitos rurais e atividade ilícita.

No Peru e na Bolívia o consumo da coca compõe a cultura de antigos povos da região andina, tem origem milenar, motivo pelo o qual estes países possuem leis que normalizam o cultivo da coca. No Peru, é criada em 1949, uma empresa gerenciada pelo Estado e responsável pela administração da produção de coca lícita, chamada ENACO (*Empresa Nacional de la Coca*), a única empresa no mundo neste ramo de atuação. Na responsabilidade da ENACO, cabem as seguintes funções: Indicar as terras propícias para o cultivo, fiscalizar os produtores lícitos, comprar, comercializar e industrializar a folha da coca e seus derivados. Os produtores possuem uma licença e devem dispor toda sua produção de coca ao ENACO. Folhas de coca com anis, menta, camomila estão entre as mercadorias comercializadas para fins medicinais.

Com um território produtivo de aproximadamente 43.900 hectares, produção potencial de 105.960 toneladas de folhas de coca, o Peru aparece nas estimativas como o segundo maior país produtor de coca no mundo em tempos atuais. Assim como na Bolívia, parte da coca produzida é direcionada ao consumo tradicional coexistindo com a produção ilícita, destinada a narcotraficantes, o que ainda desafia o Estado. No país, aproximadamente 10.728 toneladas são direcionadas ao mercado legal, enquanto o restante (aproximadamente 95,069 toneladas) está ligado ao narcotráfico. O ano de 2016 representou um ano de ascensão. O território de produção de coca aumentou 9% e a produtividade aumentou 10%.

A produção de coca peruana é dividida em 13 departamentos, são eles: Cusco, Ayacucho, Puno, Junín, La Libertad, Huánuco, Amazonas, Ucayali, San Martín, Cajamarca, Pasco e Madre de Dios. Tais departamentos abrangem pelo menos 12 zonas identificadas de produção, como: VRAEM, La Convención – Lares, Inambari – Tambopata, Alto Huallaga, kcosñipata, Marañón, Bajo Amazonas, Putumayo, Aguaytía, Alto Chicama, Sán Gabán e Pichis-Palcazú-Pachitea. Somente VRAEM é responsável por 70% da produção nacional com 105.970 toneladas produzidas em 2016.

Sobre os preços agrícolas, em 2016 houve uma queda de 21% em relação ao ano anterior. Contudo, estima-se que no mercado ilícito, o preço da folha seca de coca é pelo menos 35% superior ao preço ofertado pelo Estado, chegando a 3.627 kg de folhas secas de coca por hectares. No que tange à pasta base de cocaína e cloridrato de cocaína, os preços se maximizaram em pelo menos 14% no ano de 2016, em relação ao ano anterior. Os maiores preços de pasta base no mundo estão localizados na região de VRAEM.

O *Valle Del Rio Apurímac, Ene y Montaro* (VRAE) concentra pelo menos 60% da produção da coca. A produção de coca ilícita não para de crescer desde os anos 80. Nesta região existe uma relação delicada: Houve uma drástica queda nos preços de produtos tradicionais

como café, cacau e cana, enquanto os preços da coca ilícita mantêm-se acima dos demais produtos agrícolas. Situação que favoreceu a presença de grupos guerrilheiros além da criação de *Comités De Defensa Civil Antisubversiva* (DECAS) que se vincularam ao mercado cocaleiros. Ademais, o relevo montanhoso, difícil acesso, pobreza expressiva e o fato do Estado não possuir monopólio da força armada aumentou o potencial de conflito. Somente em 2006, é colocado em prática o Plano VRAE. O plano teve como objetivos primordiais: Combater o narcotráfico, promover a paz e lutar contra os membros remanescentes do *Sendero Luminoso*. Num período de dois anos, foi encaminhado ao programa aproximadamente 248 milhões de soles, destinados à ação militar (maior orçamento), estratégia policial (combate ao narcotráfico), desenvolvimento social e infraestrutura (que abrange a disponibilização de água potável à população, saneamento básico, condições acessíveis de transporte, entre outras medidas de desenvolvimento). No ano de 2009, o regime militar é implantado na região de VRAE a fim de facilitar a logística militar e auxiliar nos projetos alternativos. Em meio deste mesmo ano, militares caem numa emboscada que resulta na morte de 14 soldados. Neste momento fica evidente o problema relacionado ao combate ao tráfico via ferramentas de guerra: Em três anos, maior parte do orçamento foi destinada a ação militar que, por um momento foi vitorioso por recuperar o território de Vizcatán – importante área do *Sendero Luminoso* – mas o resultado agregado não foi convincente. A força militar do estado atua com baixo serviço de inteligência, ferramentas obsoletas baixa tecnologia em comunicação. Em contrapartida, os guerrilheiros têm grande aparato e tecnologia bancada pelos narcotraficantes. Percebeu-se que a guerra não trouxe a cura do problema.

Após este episódio, o Plano VRAE é recuperado com ênfase em três eixos: Desenvolvimento econômico e social, comunicação e participação. Passa a ser reconhecida a importância em combater as causas estruturais do narcotráfico. O primeiro resultado positivo é proveniente de uma parceria do governo peruano com a Alemanha, chamado *Proyecto de Desarrollo Alternativo Tocache-Uchiza* (PRODATU).

Na província de Leoncio Prado, localizada no sul do Valle do Alto Huallaga, o cenário é marcado pela ausência de políticas de erradicação do cultivo ilícito de coca e raros programas de desenvolvimento. Nesta região, é ascendente o cultivo ilícito de coca assim como a presença de grupos guerrilheiros, entre outras ações relacionadas ao narcotráfico. Apesar disso, o Monitoramento Nacional de Cultivos de Coca do Peru (2017) indica resultados otimistas. O Programa de Erradicação da Coca cumpre com suas metas pelo menos desde 2012, quando foram erradicados aproximadamente 135.406 hectares que anteriormente eram território de cultivo de coca ilícita no país.

2.2.3 Bolívia

Na Bolívia o narcotráfico foi pouco expressivo até meados da década de 60, momento em que o país passa por uma forte crise econômica impulsionada pela queda dos preços do estanho. Historicamente dependente da exportação de commodities de baixo valor agregado, a Bolívia se tornou um país muito sensível às transformações na economia internacional.

Durante os anos de 1970, grandes grupos agrícolas da região oriental do país, departamentos de Santa Cruz, Pando e Beni, inseridos numa estratégia de produção em massa para exportação, capitalizaram o desenvolvimento e os programas de assistência bolivianos, dificultando os projetos de reforma agrária na região central, principalmente na província do Chapare, localizada no departamento de Cochabamba. (LEICHTMAN, 2000, p. 82).

Durante o governo de extrema direita do General Hugo Banzer (1971-1977), a produção de coca alcança larga escala, formando uma estrutura ancorada por extensos recursos desviados para esta atividade por parte do Estado. No ano de 1977, Jimmy Carter vence as eleições presidenciais nos EUA, dando segmento às políticas de repressão ao narcotráfico, provocando uma intensa crise política na Bolívia que culminou na queda do governo de Banzer devido aos altos índices de corrupção de seu governo. A democracia e a liberdade da imprensa não duraram mais que três anos – em julho de 1980, o país passara novamente por um violento Golpe Militar.

A ditadura boliviana foi liderada por Luis Garcia Meza Tejada. Seu programa para conter o narcotráfico foi baseado em organismos de repressão militar, na tentativa de construir alguma credibilidade com os EUA. “Os organismos de repressão foram acusados de invasão ilegal, violação à propriedade privada, apropriação indébita de bens econômicos e financeiros, além de torturas e cessação de privacidade.” (FERNANDEZ E MALDONATO, 1999, p. 4). Marcando a ditadura boliviana não o bastante pela violência, mas também pelo fortalecimento do narcotráfico que ganhou autonomia concretizada pela corrupção em diferentes níveis de poder. Garcia Meza é forçado a sair do cargo em agosto de 1981, após os Estados Unidos impulsionar um embargo econômico internacional à Bolívia.

Em 1982, inicia o governo de Hernán Siles Zuazo, com uma nova agenda em meio ao cenário de grave crise econômica, ampla corrupção e crise social. Este governo entra em cena com uma proposta ligada a industrialização e a comercialização legal da folha de coca. Entretanto, a instabilidade política e econômica foi forte suficiente para que as políticas fossem incapazes de conter o crescimento acelerado da produção ilegal de coca. A instabilidade persistiu de forma que a inflação chega a 20.000% ao ano, enquanto o PIB real cai 10% no país, pelo menos até o governo seguinte.

Em 1985 é eleito Victor Paz Estensoro. O presidente foi eleito com uma proposta neoliberal para conter a histórica instabilidade no país. Até certo ponto funcionou, a inflação reduziu-se de 28.000% ao ano para 60% no ano seguinte e, em 1967, alcançou 10% a.a. A dívida fiscal também foi minimizada com a queda dos gastos do governo e aumento da tributação. Enquanto aos produtores de coca, instalara-se uma ação repressiva, a partir da proposta de um convênio entre os produtores de Cochabamba, que seriam beneficiados por programas de desenvolvimento no qual daria a possibilidade de substituição de produção da coca por outros produtos agrícolas, com intuito de reduzir a produção cocaleira em cerca de 1.000 hectares ao ano. Todavia, por parte do Estado, o acordo não foi cumprido. “A partir de 1986, devido às pressões do governo norte-americano, começam a chegar à Bolívia aviões, helicópteros e pessoal militar norte-americano para, junto com o exército boliviano, combater o narcotráfico.” (FERNANDEZ E MALDONATO, 1999, p. 141). Tal operação foi chamada de *Blast Furnace*, baseando-se na repressão militar em principais regiões constatadas como produtoras de coca no Peru: Yapacani, Yungas e Chapare, além de laboratórios da região amazônica.

No dia 19 de julho de 1988, foi aprovada pelo congresso boliviano, a lei nº 1008, Lei do

Regime da Coca, considerada a mais completa da América Latina neste assunto. “Esta lei proclamava a redução e erradicação de coca excedentária”, classificava as zonas de produção legal e ilegal, regia os planos de substituição da folha de coca por outros produtos agrícolas, controlava o tráfico, introduzindo severas punições.” (FERNANDEZ e MALDONATO, 1999, p.142). Visto que a coca faz parte de antigos rituais indígenas em toda região andina, tornou-se necessário uma discussão mais realista frente o assunto. Considerando este fato, a Lei do Regime da Coca, nº 1008, discrimina a produção de coca em estado natural (não nociva ao ser humano, chamada de produção necessária), da coca *inter criminis* destinada à produção da cocaína e também chamada de *produção excedentária*. Esta lei foi considerada como uma das mais completas da América Latina.

No início da década de 90, a pressão norte-americana continua de forma expressiva na Bolívia. Com intuito de colaborar e acelerar o processo de captura de traficantes, o então presidente da Bolívia Jaime Paz Zamora edita o *Decreto do Arrependimento* (de 19 de julho de 1991) que assegurava o direito de não extradição de cidadãos ligados ao narcotráfico, para estes, terem a possibilidade de se entregar e auxiliar nas investigações. Zamora foi eleito em 1989, também trabalhou na defesa da produção de coca lícita, criticando a atuação de países industrializados, como os Estados Unidos, ao negar uma repressão ao comércio de armas, entorpecentes, lavagem de dinheiro além de meios de transporte sofisticados presente em seu território e essencial ao funcionamento do narcotráfico. À luz da lei 1008, atualmente são identificadas três zonas de produção de coca no país: Zona tradicional, zona excedentária em transição e zona ilícita (UNODC, 2017).

A produção de coca ilícita foi identificada nas seguintes regiões: Yungas de La Paz, Trópicos de Cochabamba e Províncias del Norte de La Paz. Em 2016, a produção nacional alcança um território correspondente a 23.100 hectares, que representa um aumento de 15% em relação ao ano anterior. Já a produção e comercialização da coca lícita na Bolívia é monitorada pelo *Viceministerio de Coca y Desarrollo Integral* (VCDI), a fim de autorizar, supervisionar a circulação, logística e, registro dos preços da coca comercializada na cidade de La Paz e Cochabamba. O órgão responsável é conhecido como *Dirección General de la Hoja de Coca e Industrialización* (DIGCOIN).

Segundo o Monitoramento Nacional de Cultivo de Coca realizado pelo UNODC em 2017, no ano de 2016 a Bolívia apresentou um aumento geral em sua produção nacional de coca ilícita de pelo menos 14% em relação ao ano anterior. A região que apresentou maior desenvoltura no último ano de análise é a Província del Norte de La Paz, com crescimento de 60%, o que corresponde a um salto de 90 hectares, em um ano. A Bolívia foi o primeiro país que recebeu ajuda militar estadunidense, no início da década de 90. A erradicação da coca causou um impacto negativo no PIB e tensão nas relações sociais, visto a ausência de alternativas de fonte de renda de famílias camponesas. Nos anos seguintes, houve um resultado desastroso ao desenvolvimento boliviano. Sobre a ascendência da oposição ao governo boliviano:

O movimento dos cocaleiros foi, ao longo desses anos, a maior força de oposição, no interior do país, a toda a política de erradicação e de militarização da questão das drogas. Movimento social, com organização forte e de base advinda da histórica luta dos camponeses bolivianos, a qual desencadeou, na década de cinquenta, uma ampla reforma agrária no país, seu posicionamento frente às políticas mantidas pelos sucessivos governos elevou-o à condição de vanguarda na luta contra a posição imperialista estadunidense. Por seu caráter de organização de cunho público e legal, reconhecida pelo seu não-envolvimento com os plantios para fins ilícitos da coca, a legitimidade e a autoridade que os cocaleiros gozam no país foram elementos fundamentais para evitar uma repressão mais direta por parte do governo na sua empreitada pela erradicação. (FRAGA, 2017, p. 78)

Como principal resultado da atuação do movimento dos cocaleiros, em 2008 é eleito o primeiro presidente indígena por voto popular sem ratificação do congresso, Evo Morales. Representando um rompimento com a intervenção militar estadunidense no país, após duas décadas de governos neoliberais.

Embora o plantio e consumo de coca na região andina em geral e no território da atual Bolívia em particular seja milenar, o movimento cocaleiro boliviano, como o conhecemos hoje, tem suas origens no processo de implantação das reformas neoliberais durante a redemocratização dos anos 1980. O fechamento de diversas minas e a demissão de milhares de mineiros após as políticas de estabilização monetária implementadas durante a presidência de Victor Paz Estenssoro (1985-89) levou a muitos desses mineiros (bem como a trabalhadores de outros setores da economia igualmente afetados pelas políticas anti-inflacionárias de caráter recessivo) a emigrarem para a região do Chapare e buscarem na coca uma importante fonte substituta de ocupação e renda (STEFANONI; ALTO, DO, 2006, p. 40). Além disso, ao emigrarem ao Chapare muitos desses mineiros levaram consigo suas experiências de organização e luta sindical, contribuindo decisivamente com a organização política dos agricultores da região. (CUNHA, 2011, p. 158).

Ambos os países andinos possuem como característica em comum uma economia não robusta, amparada nas exportações de commodities e, vulneráveis a consequente alta sensibilidade ao mercado internacional. Frente à crise econômica mundial, os trabalhadores do campo sofreram graves consequências que findaram, inclusive, em ataques à própria democracia.

3 ROTAS DE TRÁFICO INTERNACIONAL E GRANDE MERCADO CONSUMIDOR

As rotas de tráfico de drogas ilícitas são constantemente transformadas a fim driblar o monitoramento das forças de segurança. São frequentemente utilizados aeroportos clandestinos, pistas de aterrissagem em diversos pontos isolados, assim como caminhões e automóveis, fundos falsos de automóveis que transportam outras variadas mercadorias. “A pasta básica que entra no Brasil através do Paraguai é produzida e processada em localidades de cultivo e colheita da coca; após o processamento das folhas seu peso se reduz, facilitando o transporte por via aérea, fluvial ou terrestre.” (PROCÓPIO e VAZ, 1997, p. 92).

Maior parte da cocaína apreendida nos Estados Unidos é de origem sul americana: 93% da Colômbia, 3% do Peru e o restante tem procedência desconhecida. Acredita-se que o Oceano Pacífico é mais utilizado no contrabando de drogas. O contrabando terrestre para os EUA é realizado via fronteira sudoeste do México. No Canadá, 90% da cocaína também é de origem colombiana.

A Europa representa o segundo maior destino das exportações de cocaína, somente em 2017 foram apreendidas 171 toneladas na Europa Ocidental, enquanto no ano de 2013 foram apreendidas 65 toneladas. A Colômbia é o principal exportador para a Europa Central e Europa Ocidental, com 60% das exportações. O segundo maior país exportador é o Peru com 21% e a Bolívia é responsável por cerca de 4% da cocaína que entra no continente. O Brasil entra em cena como rota de contrabando da cocaína fabricada na Bolívia e Peru.

Na África, as quantidades apreendidas em 2017 foram de 3,4 toneladas, porém os dados ainda são bastante limitados. Acredita-se que o tráfico de cocaína para a África seja por via marítima e aérea, com possíveis mudanças de ano a ano. Calcula-se que cerca de 86% da cocaína que chega ao Marrocos seja pelo mar, saindo do Brasil.

Segundo o último relatório do UNODC, na Ásia, o número de apreensões constatadas também foi pouco expressivo: Aproximadamente 6,8% em 2016. Aparentemente, a rota utilizada pelos contrabandistas é majoritariamente aérea com exceção da China, onde grande parte do contrabando é realizado pelo mar. O Brasil é um dos países mais mencionados na rota de transferência de cocaína para o continente asiático.

Mapa 1 – Principais Rotas de Tráfico

No Peru, o órgão responsável por executar e planejar ações contra o tráfico ilícito de drogas é a *Dirección Ejecutiva Antidrogas* – DIREJANDRO. Segundo as informações disponibilizadas por esta instituição, as drogas saem do país principalmente por via marítima, terrestre, fluvial e aérea. Por via marítima sai 40% da cocaína em pó fabricada no país. Através do Rio Amazonas é transportada a cocaína que passa pelo departamento de Loreto com destino à Manaus, no Brasil – O trajeto é conhecido como Trapézio Amazônico. Por terra, acredita-se ser a rota mais intensa para o sul do país, passando pela região de Cusco e Puno e, por diferentes regiões da Bolívia para, ao final, chegar ao Brasil. Segundo o Monitoramento Nacional dos Cultivos de Coca (2017), entre 2011 e 2015 os pequenos aviões com capacidade entre 350 kg a 500 kg, tiveram uma intensa atuação, transportando pasta base e cocaína em pó transpassando a bacia do Estado Plurinacional da Bolívia e Brasil, com destino final à Ásia e África.

Em geral, o Brasil aparece neste cenário como uma das principais rotas de transferência, podendo a droga chegar por via terrestre, fluvial, marítima e aérea, escoando do país para os demais continentes do mundo. Segundo PROCÓPIO e VAZ (1997), existe uma rota conhecida como rota caipira, onde a pasta básica que entra no Brasil para ser processada no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás, passando por cidades interioranas de São Paulo e Minas Gerais antes de serem despachadas nos portos do Paraná, Espírito Santo e litoral paulista.

Até meados dos anos 80, o Brasil era o único fabricante de éter e acetona na América do Sul – insumos utilizados no refino da cocaína. Após forte pressão exercida pelo DEA na América, a exportação destes itens foi mitigada e parte da cocaína destinada ao consumo brasileiro e à reexportação, passou a ser refinada em território brasileiro. Nada obstante, ainda não foram encontrados dados exatos referentes à quantidade de cocaína refinada em território nacional. Lembrando que, devido ao caráter ilegal deste mercado, as rotas se alteram incessantemente, podendo ser esquecidas e rearticuladas periodicamente. A natureza ilícita, exige constante mutação.

ANÁLISE CONCLUSIVA

Na condição de grande mercado consumidor, são apontados os Estados Unidos da América seguido do continente europeu. Os Estados Unidos é o principal autor da guerra contra as drogas. Neste sentido, foi criada em 1974, a *Drug Enforcement Administration* (DEA) a fim de centralizar as ações de planejamento das ações antidrogas. As primeiras ações do DEA acontecem no Caribe e no México e, posteriormente nos países andinos, formando uma coligação com as forças armadas destes países. Durante os dois governos de Ronald Reagan (1981-1989), este processo se intensificou ainda mais quando foram identificadas relações entre guerrilhas de esquerda e o tráfico de cocaína: Na Colômbia, as FARC e no Peru o Sendero Luminoso. A estratégia foi reforçada no governo de George Bush (1989-1993), que possuía em seu currículo o cargo de ex-coordenador das políticas antidrogas e ex-vice-presidente de Reagan, direcionando maior atenção aos países produtores de cocaína (Colômbia, Peru e Bolívia). Esta política foi intitulada como *Estratégia Andina* e pretendia ir além do apoio militar estratégico, auxiliando as economias destes países, evitando a dependência da produção da coca. A controvérsia maior está no fato do documento ser redigido sem impor recursos para este fim, requisitando apenas fundos para assistência militar, ampliando a atuação do DEA. Para além da política externa, a primeira conclusão deste estudo aponta para a necessidade de investigações no contexto interno dos EUA, no momento de declaração da guerra às drogas, relacionando esta, ao impacto com o encarceramento em massa no país, principalmente entre a população negra estadunidense.

Em 2017 ocorre o maior número de apreensões dos últimos dez anos, de aproximadamente 1.275 toneladas. Em relação à cocaína, em 2013, foram apreendidas 94 toneladas na América do Norte e, quatro anos mais tarde, este número sobe para 238 toneladas, sendo os EUA responsáveis por 94% destas apreensões – o país é considerado líder do ranking internacional de consumo de cocaína, seguido da Europa. Fato visto como reflexo do aumento de quase 50% na produção da droga. Segundo o *World Drug Report*, acredita-se que nas Américas encontram-se pelo menos de 34% de usuários. Em síntese, o aumento da quantidade produzida da droga ainda é bastante superior às apreensões. Existe um abismo entre o objetivo declarado e os resultados práticos desta guerra.

O consumo anual estadunidense apresenta uma queda substancial, deixar a liderança no *ranking* de consumo global de cocaína. A Europa mantém consumo ascendente e, na América do Sul o consumo é bastante inferior. Fato que ilustra uma relação de não proporcionalidade entre preços e consumo, visto que os preços tendem a aumentar à medida que as dificuldades logísticas se somam. Assim, a cocaína se apresenta como uma mercadoria inelástica aos preços. E, apesar do aumento das apreensões, o narcotráfico continua intensamente presente em todas as nações, sem sinais de crise. Não é possível cessar a existência dessa droga-mercadoria.

O mercado da cocaína apresenta uma característica especial ao relacionarmos nível renda e mercado consumidor: A cocaína em pó tem maior valor agregado, espelhado nos preços. Coincidentemente, os países que se encontram na condição de maiores centros de consumo não estão na condição de subdesenvolvidos, a relação é inversa ao se tratar dos países que estão no âmbito de maiores ofertantes. O crack, já considerada como uma droga derivada da cocaína, muito mais barata e com efeitos mais devastadores, está presente em centros urbanos e usado majoritariamente entre a população de classes mais baixas, inclusive, seu uso é frequente entre moradores de rua.

A geopolítica do tráfico ilustrou que tão importante quanto às escolhas racionais efetuadas no presente, encontra-se a conjuntura política que induz as escolhas dos indivíduos que fazem parte de uma determinada comunidade. A cocaína é um fenômeno permanente que marca a chegada do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLOSS, Maria Bernardes. Narcotráfico e Violência na Colômbia: uma análise a partir dos processos sociais e políticos do Estado colombiano (1970-2000). In: Associação Brasileira De Relações Internacionais, 6., 2017, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 1 - 18.

CUNHA, Fernando Whitaker da. O pensamento constitucional colombiano. **Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 30, p. 51-54, jan. 2007.

FERNANDEZ, José Carrera; MALDONADO, Genaro Emilio Carrión. A Economia do Narcotráfico: uma abordagem a partir da experiência boliviana. : Uma Abordagem a Partir da Experiência Boliviana. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 137-173, dez. 1999.

FERREIRA, Pedro Eugênio M; MARTINI, Rodrigo K. Cocaína: Lendas, história e abuso. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.96-99, set. 2001.

FERREIRA, Gabriela da Silva. *Economia Política Das Drogas: uma análise da geopolítica do tráfico da cocaína*. 2020. 116 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Economia Aplicada, Economia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13071>. Acesso em: 12 maio 2023.

FERREIRA NETO, Ney Jansen. *Estado, Narcotráfico e Sistema Financeiro: Algumas Aproximações*. 2012. 331 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

United Nations Office On Drugs And Crime (Viena). Onu (Org.). *Colômbia: Monitoreo de Cultivos de Coca 2023*. Viena: Onu, 2023. 110 p.

SERAFINI, Mariana. Colômbia: do nascimento da guerrilha ao acordo de paz. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, n. 1, p.4-5, 24 maio 2017.

SILVA, Íris et al. ASPECTOS ESTRUTURAIS E FARMACOLÓGICOS DA COCAÍNA. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 3., 2014, São Camilo. **SIMPÓSIO**. São Camilo: Centro Universitário São Camilo, 2014. p. 1-4.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília/DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. 407 p.

